



GLOBALIZAÇÃO: UMA NOVA FASE DO CAPITALISMO?

GLOBALIZATION: WOULD IT BE A NEW PHASE OF CAPITALISM?

GLOBALIZACIÓN: UNA NUEVA FASE DEL CAPITALISMO?

Lucas Gama Lima

Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão

E-mail: lucasaelima@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo destina-se a decodificar as determinações materiais em que se assenta a globalização. Compreende-se que a crise do capital, eclodida na segunda metade do século XX, ao acarretar uma relativa diminuição da taxa de lucro ensejou um conjunto de alterações no funcionamento do capitalismo que imprimiram nova tônica ao processo de acumulação em escala mundial. Isso não significou uma nova fase da economia capitalista, senão o recrudescimento de sua face expropriadora sob o imperialismo vigente.

Palavras-chave: globalização; mundialização do capital; imperialismo; capital.

ABSTRACT:

The current article is earmarked to decode Globalization's contradictory peroration, identifying determined subjects of hoarding on capital's globalization. It is perceived that the capital's crisis hatched in the second half of XX century, on account of profits' relative rate decrement, enabled a joint of disturbances on capitalism's operation which engrafted a new tonic into the process of hoarding in a worldwide scale. Whereas that has not meant a current phase of the capitalist economy but the recrudescence of the new expropriating face upon the ruling imperialism.

Keywords: globalization; capital's globalization; imperialism; capital.

RESUMEN:

El presente artículo se destina a decodificar las determinaciones materiales en que se asienta la globalización. Se entiende que la crisis del capital, eclodida en la segunda mitad del siglo XX, al acarrear una relativa disminución de la tasa de ganancia ha dado lugar a un conjunto de cambios en el funcionamiento del capitalismo que imprimieron nueva tónica al proceso de acumulación a escala mundial. Esto no significó una nueva fase de la economía capitalista, sino el recrudescimiento de su cara expropiadora bajo el imperialismo vigente.

Palabras clave: globalización; mundialización; imperialismo; capital.

1 INTRODUÇÃO

As alterações na tessitura da economia mundial desde a dissolução do Acordo de Bretton Woods, associadas ao aparecimento e disseminação da microeletrônica, da robótica e de inovadoras tecnologias de comunicação, provocaram um debate no meio acadêmico. Majoritariamente, os pensadores alinhados ao arcabouço teórico conservador ou neoliberal, denominaram esse período com a palavra de origem anglo-saxão, “globalização”, caracterizando-a como um fenômeno que

universalizaria as mercadorias, as técnicas e a cultura entre as nações, estreitando os laços e diminuindo as diferenças em razão da desregulamentação das economias nacionais, ou seja, concebendo-a como de consequências positivas.

[...] a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se adapte (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-order) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo (CHESNAIS, 1996, p. 25).

De modo diametralmente oposto surgiram vozes insurgentes contra a globalização. Boron (1999), por exemplo, afirma que a globalização é um espetáculo que exerce funções político-ideológicas importantes na hora de legitimar as políticas neoliberais, valendo-se de ser um mero embuste. Em outra publicação, Boron (2012) explica que a sobrevivência do animal insólito chamado imperialismo, imune às modas intelectuais e linguísticas fez com que nos anos 80 e 90, o mesmo fosse deliberadamente ocultado por um novo nome: globalização.

Petras (2001) apresenta a tese de que a globalização foi “desenhada” e “vendida” com um cunho ideológico significativo, buscando forjar um ambiente de adaptação entre os trabalhadores, que naturalizasse as desigualdades internas e externas entre as nações. Saxe-Fernandez e Omar Nuñez (2001) seguem o mesmo entendimento de Petras, afirmando que desde a década de 1980, um emaranhado de palavras abordadas como “novidade” e reunidas sob o nome de globalização, tem se empenhado em obnubilar categorias essenciais para a decodificação da realidade, especialmente, usando o fetiche das tecnologias e, principalmente, o mito do fim do Estado-nação.

Partimos do pressuposto de que a globalização corresponde exatamente ao período de internacionalização do capitalismo, onde se usa exaustivamente um aparato tecnológico para acelerar a rotação do capital e o retorno rápido dos lucros. Não se trata da criação de uma aldeia global como disse Otavio Ianni (1992), nem muito menos da redução das desigualdades e fim do Estado-nação, como preconizam os signatários do pensamento liberal, a consideramos como um momento singular do largo e contraditório processo de internacionalização do capitalismo, permeado por notáveis assimetrias econômicas que (res)significam o imperialismo contemporâneo como fase de uma acumulação em escala mundial do capital. Assim, coadunamos com Moreira (2006, p. 19) que a:



[...] globalização não é a nova ordem que vem para substituir e tornar o imperialismo uma página virada na história das sociedades modernas, mas a escala de espaço com que o imperialismo, como forma do capitalismo em sua etapa avançada, se organiza geograficamente agora.

O presente artigo tem como desideratos: a) a decodificação da globalização, revelando que a mesma está ancorada na crise *sui generis* que se abate sobre o capitalismo em meados da década de 1960; b) uma breve análise sobre o estudo da crise de superprodução relativa em Marx; c) a investigação da emergência da economia mundializada de capital como contratendência à crise, materializada na reestruturação produtiva do trabalho e na (des)regulamentação comercial, monetária e financeira da economia capitalista e; d) uma análise das alterações nas relações (re)produção sob a economia mundializada e sob os auspícios do capital financeiro, ou seja, sob a hegemonia do capital portador de juros e do capital fictício.

Por meio de investigação teórico-metodológica, inscrita no materialismo histórico-dialético, a realidade aqui analisada é abordada como singularidade/totalidade, ou seja, como expressão concreta que se materializa de diferentes maneiras nas mais diversas formações sociais ao tempo que preserva os condicionantes gerais do modo de produção hegemônico, qual seja, o capitalismo. Assim, o método empregado na presente investigação considera a realidade como social e histórica e se propõe a não somente identificar, mas também submeter à rigorosa análise as contradições pertinentes ao fenômeno da globalização.

2 DECODIFICANDO A GLOBALIZAÇÃO

Podemos afirmar que a globalização é a acumulação mundializada de capital que recrudescer com a crise de superprodução do capital, no entardecer dos anos de 1960 e alvorecer dos anos de 1970, provocando significativas alterações de ordem política e econômica. Como bem afirmou Gejo e Berardi (2013), apesar de seu fim obstinadamente apologético, a realidade da globalização surge da agudização das contradições do sistema do capital, desde o último quartel do século XX.

Não obstante a teoria dos ciclos, especialmente a de Kondratieff (1946), a crise do capital que se abate sobre a economia mundial neste período estava ancorada em contradições bem diferentes das anteriores. Tratava-se do fim de um longo período de acumulação de quase três décadas, associadas à diminuição da média da taxa de lucros entre as corporações e a explosão de emissões de papel-moeda, desprovidos de lastro produtivo.

Destarte, tratava-se de uma crise estrutural do capital, que como explica Mészáros (2009) consiste em uma crônica crise de rentabilidade, onde o regime sociometabólico do capital torna-se



mais agressivo e predatório e sobre margens mais estreitas de lucratividade. Sobre a singularidade da crise do capital deflagrada nos idos da década de 1970, explica Monteverde (2002, p. 99):

Os que estudam a atual crise afirmam em geral que se trata de um profundo desajuste, distinto das flutuações cíclicas que o capitalismo sofreu desde princípios do século XIX; de uma crise estrutural do processo de acumulação de capital, que agora não somente envolve sobreprodução de bens e serviços e sobreacumulação de capital, senão movimentos erráticos de enormes massas de dinheiro; de uma crise de longo alcance que atinge a economia e ainda a política (tradução nossa).

Saxe-Fernandez (2001) enaltece o corolário de que a crise que se abate sobre o capitalismo nos albores da década de 1970, em hipótese alguma pode ser concebida como mais uma crise cíclica, ou passageira – passível de ser dissipada na nova linha ascendente do ciclo. Trata-se de uma crise que por englobar pânico financeiros semanais, precarização sem retorno do trabalho, interrupções corriqueiras da produção, além de outros sintomas, é estrutural ao sistema capitalista.

Portanto, como disse Vasapollo (2006), a chamada globalização ou nosso entendimento a acumulação mundializada do capital foi uma tentativa de resolver a crise de acumulação que se apresenta com toda força desde os anos de 1970, esgotando os conhecidos “trinta anos gloriosos do capitalismo”.

3 REFLEXÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE CRISE EM KARL MARX

É importante ressaltar que a crise para Marx (1988) se relaciona sempre com uma crise de superprodução relativa de capital. Ou seja, Marx (1988) indica que a crescente concorrência entre capitalistas leva-os a aumentar a composição orgânica de capital, que por sua vez, eleva para além do que é necessário, a capacidade de produção de mercadorias, inviabilizando a reprodução ampliada do capital. A superprodução de capital é sempre relativa porque as condições de exploração capitalista da força-de-trabalho, combinada com uma ininterrupta alteração na composição orgânica do capital, criam inevitavelmente um conjunto de trabalhadores e de capital excedentes. Portanto, é relativa quanto à incapacidade de oferecer lucros crescentes aos capitalistas.

[...] a superprodução absoluta de capital não é uma superprodução absoluta em geral, uma superprodução absoluta de meios de produção. É apenas uma superprodução de meios de produção, à medida que estes funcionam como capital e, por isso, devem, em relação ao valor inflado em função de sua massa inflada, implicar uma valorização desse valor, gerar um valor adicional (MARX, 1988, p. 183).



Em face dessa condição, o possuidor da propriedade dos meios de produção não alcança a taxa média de lucro, muito menos, a majora. Nesse sentido, a centralidade da crise do capitalismo se encontra nas dificuldades de se prosseguir com a reprodução ampliada do capital.

A superprodução do capital não diz respeito a inexistência de demanda suficiente para a realização de valor, como sugerem os marxistas subconsumistas, a exemplo de Luxemburgo (1984). Diz respeito ao excesso de capital que não consegue proporcionar ao capitalista a reposição do capital investido somado ao alcance de uma taxa de lucro crescente, a saber, a reprodução ampliada.

O excesso de capital só é concebível porque na sociedade marcada pela notável contradição entre a produção social e a apropriação privada, a riqueza não é destinada para a satisfação da necessidade, senão para a obtenção ampliada de lucros. Logo, se admite a existência de crise do capital quando esta figura como uma crise de solvência, e não uma crise em virtude da impossibilidade de se consumir absolutamente os bens disponibilizados, vide o estrato de famintos em todo o mundo e as hordas de pessoas à margem do acesso a diversos bens.

A possibilidade de superprodução do capital é imanente ao mesmo, haja vista que o processo de rotação do capital (P-D-C-C), que permite o retorno do capital na forma valor-dinheiro ao ponto inicial ($D-M-D' \rightarrow D'-M'-D'' \dots$), é realizado em um lapso de tempo que impõe a separação relativa da compra e da venda da mercadoria (seja ela do Departamento I ou do II). Ou seja, a realização do mais-valor não é instantânea, conduzindo ao distanciamento entre o fulcro da produção de mais-valor e lócus da circulação, o mercado.

A compra e a venda – em resumo, o movimento de metamorfose da mercadoria – vem a ser uma unidade de dois processos ou, melhor dito, um processo formado por duas fases contrapostas. Apresenta-se, portanto, como a unidade destas duas fases, mas este processo é também uma separação das duas fases, separação que permite sua recíproca autonomização. Nesse sentido, como a compra e a venda formam um todo, então a autonomização dos momentos se revela necessariamente de modo violento, como um ato destrutivo. Nas crises, precisamente, se põe em relevo esta unidade, esta unidade dos contrários. A autonomia dos dois momentos que formam uma unidade, mas que se opõem entre eles, fica destruída violentamente. A crise é assim a manifestação da unidade dos dois momentos autonomizados e opostos. Não haveria crise sem esta unidade interior de elementos que, a princípio, parecem indiferentes entre si (tradução nossa) (MARX, 2009, p. 54).

O excesso de capital é também galvanizado pelo tendencial aumento de capital constante no processo produtivo, originado da concorrência entre capitalistas, que conduz à elevação da produtividade do trabalho e, por consequência, à diminuição da presença de capital variável por cada unidade-mercadoria produzida. Assim, a superacumulação de capital potencializa o excesso de capital e, por sua vez, a iminente possibilidade de rompimento do ciclo ininterrupto de valorização.

Pode-se então, resumir que a crise de superprodução do capital é uma crise consignada num excedente de capital que, temporariamente, “congela o hiato” entre a produção e a realização, ou para ser mais preciso, o momento em que não se verifica o alcance de pelo menos o lucro médio, inviabilizando a reprodução ampliada. Diante dessa situação, Marx aponta que o capitalista dispõe – como uma das contra-tendências à crise – da exportação de capital para o exterior. Em outras palavras, a produção e apropriação de mais-valor fora do país-sede do empreendimento capitalista, como forma de evitar a queda da taxa média de lucro. Não se trata, portanto, de admitir um suposto esgotamento da capacidade de obtenção de lucro no interior do país, mas de condições objetivas que permitem ao capitalista auferir maiores lucros com o capital investido no exterior, que o empregado em âmbito interno.

Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada. Esse capital é, porém, um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o dado país em geral. Ele existe como tal ao lado da superpopulação relativa, e esse é um exemplo de como ambos existem um ao lado do outro e se condicionam reciprocamente (MARX, 1988, p. 184).

Em resumo, o que orienta a mobilidade do capital é a sua reprodução ampliada, independente para onde se destina. Sua insaciabilidade o conduz, indubitavelmente, a buscar a sua valorização de toda maneira.

4 A ACUMULAÇÃO MUNDIALIZADA DO CAPITAL COMO RESPOSTA À CRISE

A acumulação mundializada de capital emergiu como uma tentativa de resolução da crise de superprodução do capital. O fim dos trinta anos gloriosos do capitalismo consistiu das crescentes dificuldades aos preceitos de Bretton Woods – que proporcionou a retomada pujante das emissões sem lastro, ou seja, de dinheiro fictício – e queda na rentabilidade das corporações monopólicas. Ellen Wood (2014, p. 102) ilustra didaticamente a emergência da acumulação mundializada do capital:

O que se seguiu foi o período que chamamos de globalização, a internacionalização do capital, seus movimentos rápidos e livres e a mais predatória especulação financeira por todo o globo. Foi uma resposta, tanto quanto qualquer outra, não aos sucessos, mas aos fracassos do capitalismo.



Entre as características desse interregno no processo de internacionalização do capital estão:

a) a reestruturação do trabalho, com a crise do modelo fordista/taylorista de produção e a emergência do modelo toyotista sob a insígnia de “flexível”; b) a queda tendencial da taxa média de lucros e a diminuição na taxa de acumulação do capital constante, o aumento gigantesco das atividades financeiras, especialmente de cunho fictícias, como forma de assegurar aos capitalistas a continuidade de auferição de lucros.

Durante a vigência dos trinta anos gloriosos de acumulação do capital, a produção fordista/taylorista hegemonizava o processo produtivo, com imensas plantas de fábrica e enorme contingente de operários subordinados a uma divisão técnica do trabalho com hierarquia e disciplina muito bem definidas. O Estado nesse período era ademais de gendarme um protagonista direto pela “acomodação” da classe operária, servindo-lhe um conjunto de direitos regulamentados, historicamente conhecido como *Welfare State*. Diametralmente diferente, o Estado pós-crise da década de 1970 persegue um rumo de absoluto desmantelamento da proteção social, sob ordens expressas do capital com o fito de assegurar a continuidade da reprodução ampliada deste último.

Assim como o Estado foi organizador e gestor da força de trabalho para responder às necessidades de exploração e valorização do capital durante a vigência do Estado de bem-estar, no período neoliberal o mencionado Estado é o principal agente desestruturador da regulação e da gestão da força de trabalho. Através de legislações e reformas trabalhistas e sociais promove sua desregulamentação e conseguinte flexibilização (VALENCIA, 2003, p. 91).

Acrescenta-se a isso que a ignominiosa inflação, os crescentes déficits públicos e, sobretudo, a diminuição da rentabilidade do capital, que se agudiza nos anos de 1970, conduziram a uma (re)definição no *modus operandi* do processo de exploração do mais-valor, com a incorporação de um *stock* de capital nas corporações monopólicas. Obviamente, isso não decorreu, parafraseando Schumpeter (1985), do espírito empreendedor do capitalista, senão da própria concorrência intrínseca ao capitalismo que acarreta a pesquisa, invenção e renovação acelerada do capital constante. Esse conjunto de técnicas e tecnologias conhecidas como modelo flexível de produção ou toyotista não descartaram absolutamente o conhecido modelo fordista/taylorista, senão foram acomodados em um uso simultâneo que intensificou o trabalho e, contraditoriamente, elevou a jornada laboral aos mais diversos rincões do planeta.

A famigerada liberdade de criatividade e/ou flexibilidade, bem como as comodidades decorrentes da incessante tecnologia produzida, anunciadas como *standart* do toyotismo na acumulação mundializada se tratavam de ideologias que falseavam as mudanças produtivas pró-capital. Essas alterações no âmago do mundo do trabalho provocaram o aumento do desemprego,

acarretaram a precarização do trabalho e a incursão contrária à manutenção de diversos direitos trabalhistas.

Quando eclodiu a crise dos anos 1970, o grande capital internacional e os Estados Nacionais envidados esforços sistemáticos com o fito de debelá-la. Uma série de políticas econômicas de ajustes foi implementada pela burguesia investida no aparelho estatal, buscando recuperar a taxa de lucro, a ver: promoção de avanços tecnológicos no sistema de produção (informática, automação e robotização), que encetou uma reestruturação produtiva, ampliando a base do capital constante e reduzindo os investimentos do capital variável, o que acabou por imprimir maior velocidade à informação através da comunicação. Por consequência, aumentou-se também a rotação do capital, recuperando, em parte, a lógica da rotação/lucratividade (ALMEIDA, 2009, p. 195).

Camacho; Nieto (2011) asseveram que o aparato tecnológico disponibilizado aos capitalistas, como a microeletrônica e a internet (e junto a esta toda a parafernália que engloba a tecnologia de comunicação) foi primordial para a ofensiva generalizada contra os trabalhadores, que resulta num desemprego estrutural e no enfraquecimento das lutas operárias/sindicais.

O mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2010, p. 143).

Em outras palavras, os deliberados ataques ao universo do trabalho contaram com a materialização da subsunção real da ciência ao capital. E essa subjugação real da produção científica aos imperativos altissonantes do processo de (re)produção do capital tornou-se indispensável ao regime de acumulação capitalista que florescia.

Importante assinalar que as corporações monopólicas, não obstante o uso do desse modelo híbrido, que conjuga intensificação do trabalho e aumento da jornada laboral, buscaram explorar as diferenças geográficas do valor da força de trabalho, direcionando investimentos externos diretos na construção de plantas em países da Ásia e América Latina. Como disse Samir Amim (1999), a globalização mundializa a lei do valor, mas não uniformiza as condições absolutas de exploração da força de trabalho. Ou seja, como afirmou Wood (2014), na dinâmica econômica atual inaugurada desde a década de 1970 são os imperativos capitalistas que predominam, apesar das contradições.

As corporações monopólicas desde o advento da crise buscaram explorar diferenças marginais no valor da força de trabalho encetando vultosos lucros e impelindo os trabalhadores a uma concorrência entre os mesmos pelos “raros” postos de emprego.



A acumulação flexível não isentou os trabalhadores dos países centrais. Pelo contrário ela foi destinada a desmoronar os pilares do *Welfare State* como forma de proporcionar aos capitalistas um conjunto de expedientes para a retomada da rentabilidade.

A conjuntura que se estabelece a partir da crise, portanto, vai pondo em cheque os princípios fundamentais do Estado do bem-estar social. A inflação, a crise econômica, a especulação financeira, os déficits públicos, os conflitos sociais pela repartição da renda, crise da regulação e o lento crescimento econômico deram munição para que os monetaristas, que hibernavam nos guetos desde a Segunda Guerra Mundial, encontrassem campo fértil para pregar a instituição do mercado como elemento estruturador das relações socioeconômicas, a retirada do Estado da economia, a desregulamentação e as privatizações, o ataque contra os benefícios sociais a regressão dos salários (COSTA, 2013, p. 126).

Isso significa que a acumulação mundializada do capital traz como característica a extensão sistemática da precarização do trabalho aos países centrais, não obstante siga se aproveitando da divisão internacional do trabalho e da desigualdade regional e mundial da força de trabalho. Em outras palavras, como disse Bejar; Daza (2013), em todo o globo a acumulação mundializada do capital estende os tentáculos da austeridade fiscal e monetária, violando direitos dos trabalhadores e expandindo a exploração do mais-valor. Essa é a tônica da famigerada “acumulação flexível”.

Sobre a segunda característica, concernente à explosão de atividades financeiras de toda ordem, a partir da década de 1970, faz-se necessário registrar que a mesma tornou-se maiúscula à medida em que a crise de (re)produção do capital assumia contornos duradouros.

A finança tira partido da crise estrutural da década de 1970. A forte desaceleração do crescimento, o aumento da instabilidade macroeconômica (a sucessão de aquecimentos e recessões), o crescimento do desemprego e da inflação acumulativa não puderam ser vencidos pelas políticas keynesianas de reativação da economia, que foram provadas ao longo das décadas anteriores. O problema era de outra natureza: a crise estrutural resultava de uma queda gradual da taxa de lucro nos principais países capitalistas desenvolvidos, mais ou menos desde os anos 60 (DUMENIL; LEVY, 2010, p. 89).

A forte concorrência comercial em âmbito internacional entre as principais corporações imperialistas, os graúdos déficits públicos e a inflação incontrolável nos países centrais recrudesciam a referida crise, suscitando um cenário de difícil solução dentro dos marcos da produção de mais-valor. Ademais, a agudização da ausência de lastro das moedas, especialmente o dólar, confirmavam a debilidade em que se encontrava a economia internacional sob *Bretton Woods*.

A hegemonia macroestrutural do grande capital internacional acabou por levar a cabo as políticas econômicas pautadas na desregulamentação financeira e na liberalização cambial que garantiram ao sistema uma mobilidade internacional sem precedentes, aprofundando a interdependência do mercado financeiro/industrial (ALMEIDA, 2009, p. 200).

As atividades financeiras, que estavam de algum modo sufocadas com as restrições de *Bretton Woods*, retornaram ao palco principal da economia, com notável pujança, ao passo em que se desregulamentava a mobilidade de capitais e se atacava o arcabouço jurídico de direitos dos trabalhadores. Ou seja, houve um aparecimento simultâneo de um volume gigantesco de atividades financeiras associadas à precarização do trabalho.

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas de brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juros. Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do Banco Mundial), o direito de organização sindical (CHESNAIS, 1996, p. 16-17).

Nos fins dos anos de 1970 se materializou uma (des)regulação dos controles de entrada e saída de capitais entre vários países, que proporcionaram uma mobilidade internacional de papel-moeda sem precedentes.

[...] a situação dos mercados financeiros revela que os velhos mecanismos reguladores já não funcionam e que, e na ausência deles, enormes massas de dinheiro se deslocam com grande velocidade de um país a outro, inclusive com fins especulativos, sem que ninguém consiga, pelo menos até agora, ordenar tais fluxos e dar a esses mercados uma mínima racionalidade (tradução nossa) (MONTEVERDE, 2002, p. 31-32).

Chesnais (1996) explica que o processo de (des)regulamentação dos mercados, seguiu-se ao processo de privatizações nas décadas de 1980 e 1990 que proporcionou uma retomada dos Investimentos Externos Diretos (IED's) nas fusões e aquisições de empresas, especialmente nos países periféricos.

Cabe ressaltar que um dos principais desdobramentos da acumulação financeira ou da economia bursátil que eclode com vigor nos idos da década de 1970 é, sem sombra de dúvidas, um



aumento da concentração e centralização dos capitais, principalmente nas corporações monopólicas radicadas nos países centrais.

Saxe-Fernandéz (2001) também coaduna com a premissa de que o fim e/ou desregulamentação do controle sobre as atividades cambiais e monetárias constituíram em um marco significativo da globalização, sendo esses movimentos financeiros muito superiores aos que existiam até então.

Era a retomada da hegemonia das finanças, baseada no capital portador de juros e no capital fictício, que passava a ordenar a economia mundial, prevalecendo sobre as atividades de cunho produtivo.

Finalmente, e talvez mais importante, a dinâmica da globalização em grande parte é alimentada pelo massivo crescimento dos mercados financeiros. Digo “mais importante” porque este fator é o que mostra o volume maior de aumento dos fluxos de capital e o que tem tido o menor efeito em estimular o crescimento mundial das forças produtivas. O paradoxo da globalização massiva e o débil crescimento dos atores globais mais importantes se explicam pela dissociação entre o fluxo financeiro massivo e a economia real (tradução nossa) (PETRAS, 2001, p. 68).

Os capitalistas buscaram atinadamente compensar a queda tendencial da taxa de lucros e os percalços da economia produtiva, por meio de uma desenfreada especulação. O mundo virava-se em direção às bolsas de valores e aos seus indicadores diários. A ordem era fazer dinheiro sobre dinheiro, ou seja, prescindir, ainda que parcialmente, da demorada e incerta exploração de mais-valor para destinar os negócios à extração de dividendos, juros de toda ordem, ações, fundos, etc. Diversas corporações monopólicas alteraram sua organização interna com o fito de acompanhar precipuamente o deslocamento diário de seus investimentos financeiros e sua correspondente valorização ou desvalorização. O resultado foi uma diminuição na taxa de acumulação de capital, em outras palavras, nos investimentos em capital fixo e o direcionamento para atividades de célere valorização de capital.

O aumento da concorrência, da autonomização, o crescimento do capital constante e a diminuição do variável fazem com que a contradição que alimenta a queda da taxa de lucro tenda a se reproduzir em larga escala e as pressões pela mundialização sejam mais fortes. Somado a isso sempre se segue que a massa do capital não encontra remuneração suficiente nos processos produtivos normais e se desloca em direção a especulação financeira (tradução nossa) (VASAPOLLO, 2006, p. 05-06).

Não obstante a subordinação da ciência aos interesses do capital que elevou demasiadamente a capacidade produtiva das corporações empresariais, houve, contraditoriamente, uma diminuição da taxa média de acumulação do capital. Isso significa que os investimentos de capital para fins financeiros passaram a ocupar preponderantemente as ações dos capitalistas em detrimento dos investimentos produtivos.

A interação perversa de três fenômenos, desaceleração do crescimento econômico, crescimento do endividamento público e financeirização empresarial, gerou um monstro que cresceu sem parar até converter-se em hipertrofia financeira, alimentada por taxas de juros relativamente altas que desaceleravam o investimento e a demanda (BEINSTEIN, 2011, p. 142-143).

Importante frisar que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ademais de permitirem a reestruturação do trabalho, elevaram as forças produtivas vinculadas à comunicação, contribuindo para inovadores suportes e rápidos processamentos de informação.

O conjunto de investimentos realizados suscitou a formação propícia de um mercado hierarquizado de capitais financeiros de magnitude mundial. De maneira inédita o deslocamento de capitais ocorria em condições estruturais vantajosas, em volumes gigantescos e com a mais absoluta liberdade nos países capitalistas.

A dinâmica especulativa descerrada com o alcance da hegemonia do capital financeiro alavancou notadamente as dívidas das famílias e das empresas, fruto dos juros exorbitantes cobrados e da oferta de crédito. Afirma-se, então, que a acumulação mundializada do capital corresponde ao período em que o capital financeiro assume a primazia nas operações das corporações monopólicas. Ademais, houve uma diversificação das atividades financeiras, pois surgiram novas instituições como os fundos de pensão e os fundos de investimento, que acirraram a concorrência com os bancos, obrigando-os a redefinirem suas atividades.

[...] o “final dos bancos” (me refiro ao fato dos banqueiros terem deixado de ocupar o mesmo papel essencial, reservado e protegido que uma vez ocuparam no sistema). Dessa feita, os banqueiros seguem entre nós, mas já não são o que eram. Sua função tradicional, a intermediação (a custódia de depósitos e a concessão de empréstimos), já não é o que mais interessa. Os bancos comerciais se converteram em bancos de investimentos e estão cada vez mais tentados pelo negócio patrimonial (ou seja, pela aposta de seu próprio capital no cassino) (tradução nossa) (STRANGE, 1999, p. 22).

Ou seja, como explica Chesnais (1996), os bancos perderam a centralidade que detiveram durante décadas com a emergência dos novos atores institucionais, sendo o momento analisado por Hilferding (1985), há um século atrás, como a “fase de ouro” dos bancos. Aglietta (2004, p. 75)



compartilha do mesmo entendimento afirmando que os bancos sofreram um duro golpe com a diversificação das instituições financeiras:

As inovações financeiras colocaram os bancos em uma situação desconfortável. A sua função tradicional de intermediário, de dar crédito e angariar depósitos, foi atacada pelas duas pontas. Financiamentos de mercado menos onerosos fizeram-nos perder bons clientes entre as grandes empresas. Instrumentos de aplicação mais rentáveis desviaram a poupança das famílias, que abandonaram parcialmente os depósitos.

Isso não significa que os bancos tornaram-se irrelevantes na acumulação mundializada do capital, mas que foram obrigados a (re)definir suas orientações basilares a fim de se manterem competitivos numa economia de acumulação patrimonial.

A formação e crescimento dessas instituições levou a mudanças importantes, que estão longe de concluídas, nas formas de relações e nas modalidades de entrelaçamento entre as finanças e a grande indústria. Essas instituições financeiras não bancárias comandam massas financeiras tão elevadas, que, perto delas, as dos grandes bancos são pequenas, quando não “nanicas” (CHESNAIS, 1996, p. 291 - 292).

Marques; Nakatani (2009) também estão de acordo que o aparecimento desses fundos institucionais *cambiou* o modus operandi das administrações das empresas que trataram de se preocupar em seu bojo com a remuneração dos sócios, ainda que a valorização real (em outras palavras, a exploração de mais-valor) estivesse comprometida. Os desdobramentos desse cenário foram gigantescos atos especulativos nas bolsas de valores que alimentavam o capital financeiro, especialmente sua forma mais parasitária, a fictícia.

5 A ACUMULAÇÃO MUNDIALIZADA DO CAPITAL E SUA ESFERA FINANCEIRA

Pode-se apontar que a acumulação mundializada do capital escorou-se fundamentalmente num cenário econômico de crise da produção real de mais-valor, suscitando mecanismos que atentaram contra os trabalhadores (reestruturação produtiva do trabalho) em nome da continuidade do processo de valorização do capital. Todavia, o processo de valorização do capital avolumou-se sob novos marcos, face à crise estrutural da década de 1970, que impôs, por décadas, sucessivas perdas expressivas nas taxas de lucro e crescimento da economia, em especial das economias do centro. Esses novos marcos, amparados na hegemonia das finanças, elevou o capital financeiro à condição de ordenador da economia mundial. Isso não significa que a produção de mais-valor tenha

perdido absolutamente sua importância no funcionamento do capitalismo. Pelo contrário, a produção de mais-valor segue tão essencial quanto antes. O que segue é que o modo de produção capitalista, sob a acumulação mundializada do capital passou a contar com um gigantesco número de *players* e diversas instituições de cunho financeiro, apoiadas pela estrutura dos Estados que operam em escala mundial buscando tão somente pela valorização D-D’.

A “mundialização financeira” possui, de modo evidente, a função de garantir a apropriação, em condições tão regulares e seguras quanto possível, das rendas financeiras – juros e dividendos – numa escala mundial (CHESNAIS, 2003, p. 53).

Sem sombra de dúvidas, isto não assinala nenhuma alteração significativa na economia capitalista, haja vista que desde o século XIX se registrava o funcionamento do capital financeiro. O que efetivamente emerge no processo de acumulação mundializada do capital é que as finanças retomam a hegemonia da economia capitalista mundial, sob bases ainda mais especulativas e parasitárias. É o momento em que, ademais do capital portador de juros, o capital fictício atua com destacado protagonismo contribuindo para a consolidação internacional de uma economia de cassino. Ou seja, volátil, fugaz e movida, substancialmente pelo lucro imediato, independente do devir da produção real numa proporção jamais vista.

A irresistível atração da especulação monetária e dos outros veículos de capital fictício derivam do fato de esses instrumentos poderem prosperar relativamente isolados do resto da economia. O capital de empréstimo depende diretamente dos lucros industriais e dos ganhos obtidos com outros contratos, sendo os juros uma parte desses ganhos. Já o capital fictício, embora se alimente de transferências cujas raízes estão na esfera da produção real, não se identifica com o capital produtivo utilizado na indústria. Ao evitar ficar cristalizado e imobilizado no aparelho produtivo do capital industrial, como acontece com os empréstimos, o capital fictício circula com maior liberdade e, nesse processo (como apontava Marx), vive várias vidas diferentes. Seu desenvolvimento é a razão principal para explicar o aumento considerável da proporção de transações financeiras no PIB, que passou de 15 por 1, em 1970, para 30 por 1, em 1980 e para 78 por 1, em 1990 (GUTTMANN, 1998, p. 83-84).

Em síntese, no bojo do processo de acumulação mundializada do capital, o capital fictício, enquanto dimensão do capital financeiro, assume dimensões desproporcionais e tornando-se elemento indispensável e imbricado na dinâmica geral de acumulação do capital.

O jogo e a especulação se tornaram sistêmicos, e não apenas um momento dos “ciclos”, quer de ondas curtas, médias ou longas, após os quais a riqueza financeira fictícia desapareceria por um longo tempo. Eles são permanentes, como que constituindo valores que forjam um “estrato superior” de riqueza sobre aquele que



corresponde aos valores dos bens e serviços. Ou seja, a riqueza financeira sustenta patamares de valorização inusitados em relação à riqueza real, demonstrando capacidade de revalorização, mesmo quando sofre quedas significativas, após ter atingido picos exacerbados [...] (BRAGA, 2000, p. 280).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização representa a acumulação mundializada do capital, ou seja, o interregno da história, onde o capital financeiro e, mais precisamente, o capital fictício assume a hegemonia da economia capitalista.

A crise do capital, que atingiu o coração da economia capitalista em meados da década de 1960/70, ensejou o fim do Acordo *Bretton Woods*, representando a desregulamentação do mercado de capitais, privatização de ativos, a flutuação das taxas de câmbios, a ingerência sobre as políticas de controle monetário e fiscal dos governos e um ataque sem precedentes às conquistas dos trabalhadores, consignadas até então, na legislação social e trabalhista. Ao longo das últimas quatro décadas foi sendo paulatinamente gestado um cenário de descolamento entre o lastro produtivo e o auferimento de lucros, de modo que a riqueza fictícia se avolumou em quantidade e qualidade. A riqueza fictícia, decorrente de uma série de expedientes institucionais e relativamente à margem da produção de mais-valor, que resultam em lucros imediatos, passou a ser perquirida por um número expressivo de *players*, ávidos por converter D em D' em um tempo curto.

O capital tornou-se ainda mais fugidio, *pro tempore*, onde suas condições de permanência no lugar estão em função da capacidade de exploração do mais-valor, mas, fundamentalmente, da obtenção de lucros fictícios.

Dessa feita, pode-se afirmar que a acumulação mundializada do capital longe de encerrar a fase imperialista do capitalismo a intensifica, uma vez que o capital financeiro volta a centralizar as operações das empresas monopólicas e de diversos governos. Sob a acumulação mundializada do capital, a internacionalização dos imperativos capitalistas é recrudescida, fortalecendo a dinâmica exploratória, que, por sua vez, torna-se ainda mais perigosa para a humanidade. Nesse sentido, afirmamos que a acumulação mundializada do capital confere novos significados à fase imperialista do capitalismo.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. **Macroeconomia financeira. Mercado financeiro, crescimento e ciclos.** Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2004.

ALMEIDA, J. R. M. de. **Globalização: a nova retórica do velho imperialismo: uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. 432 p. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais).

AMIN, S. **Los fantasmas del capitalismo: una crítica de las modas intelectuales contemporáneas.** Bogotá: El Áncora Editores, 1999.

BEINSTEIN, J. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global.** Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BÉJAR, A. Á.; DAZA, G. S. **La crisis mundial y sus efectos en México: análisis sectoriales y regionales.** Benemérita Universidad Autónoma de Puebla: Editorial Itaca, 2013.

BORON, A. “Pensamiento único” y resignación política: los límites de una falsa coartada. In: BORON, Atilio; CAMBINA, J. C.; MINSBURG, Naum. (Orgs). **Tiempos violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina.** Buenos Aires: Clacso, 1999. p. 138-156.

_____. **América Latina en la geopolítica del imperialismo.** Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

BRAGA, J. C. S. **Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo.** Campinas: Unicamp; Instituto de Economia, 2000.

CAMACHO, C. M.; NIETO, J. A. R. La globalización del capital financiero: 1997-2008. In: CAMACHO, C. M.; LAPAVITSAS, C. (Orgs). **La crisis de la financiarización.** Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011. p. 271-308.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70.

COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil.** São Paulo: ICP, 2013.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOFF, S. de; CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; HUSSON, M. **A finança capitalista.** São Paulo: Alameda, 2010. p. 183-246.

GEJO, O. H.; BERARDI, A. L. La cuestión China: algunas hipótesis sobre el sistema mundial. In: **Revista Meridiano**, nº 02. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander Von Humboldt, 2013.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998. p. 59-96.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.



- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- KONDRATIEFF, N. **Ondas longas da conjuntura**. Madrid: Revista de Occidente, 1946.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MARX, K. **La crisis del capitalismo**. Madrid: Ediciones Sequitur, 2009.
- _____. **O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MONTEVERDE, A. A. **Globalización y Capitalismo**. México: Plaza y Janés Editores, 2002.
- MOREIRA, R. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo). In: SILVA, J. B. da et al. (Orgs). **Panorama da geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 11-28.
- PETRAS, J. La globalización: un análisis crítico. In: SAXE-FERNÁNDEZ, J.; PETRAS, J.; VELTMEYER, H.; NUÑEZ, O. **Globalización, Imperialismo e Clase social**. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001. p. 33-86.
- SAXE-FERNANDEZ, J.; RODRÍGUEZ, O. N. Globalización e imperialismo: la transferencia de excedentes de América Latina. In: SAXE-FERNANDEZ, J.; PETRAS, J.; VELTMEYER, H.; RODRÍGUEZ, O. N. **Globalización, Imperialismo y Clase social**. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001. p. 87-166.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- STRANGE, S. **Dinero Loco: el descontrol del sistema financiero global**. Barcelona: Paidós, 1999.
- VALENCIA, A. S. **La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**. Ciudad de México: Editorial Itaca; Universidad Obrera de México; Escuela Nacional para Trabajadores, 2003.
- VASAPOLLO, L. **La cara sucia de la globalización**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em 04 de setembro de 2017
Aprovado em 18 de novembro de 2017

